



instituto brasileiro de
administração municipal

CEIF-ENSUR N.º 076/2014

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2014.

Exmoº Sr.

José Geraldo Botion

Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Cordeirópolis - SP

Em resposta ao Sr. Paulo César Tamiazo, Diretor Geral da Câmara Municipal de Cordeirópolis, encaminhamos o Parecer nº. 044/2014 que atende a sua consulta.

Na oportunidade, aproveitamos para apresentar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Heraldo da Costa Reis

Coordenador do CEIF - ENSUR

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Protocolo N.º

0877/2014

Data: **18/08/2014**

Hora: 14:21:00

Remetente: IBAM-Inst. Brasil. de Adm. Municipal

Assunto: parecer sobre adiantamento, proj resol. n.4/2014

Tel.: +55 21 2142 9797
email: ibam@ibam.org.br
www.ibam.org.br

Rua Buenos Aires nº 19 – Centro
CEP: 20070-021
Rio de Janeiro – RJ – Brasil



instituto brasileiro de
administração municipal

PARECER

CEIF-ENSUR Nº. 044/2014

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2014.

Interessado: Câmara Municipal de Cordeirópolis - SP

Pagamentos de Despesas com Viagens e Despesas Miúdas de Pronto Pagamento

CONSULTA:

O Sr. Paulo César Tamiazo, Diretor Geral da Câmara Municipal de Cordeirópolis, encaminha-nos para análise e opinião a Resolução n. 4-2014, do Poder Executivo, a qual segue orientação do Tribunal de Contas do Estado ser proposta a votação em regime de urgência especial.

RESPOSTA:

Trata a Resolução CM n. 4-2014 de instituir o regime de adiantamento para o pagamento de *despesas com viagens e miúdas de pronto pagamento no âmbito da Câmara Municipal de Cordeirópolis*.

Preliminarmente, vejamos o que dispõe as normas gerais de Direito Financeiro, para os entes da Federação, União, Estados e Municípios e suas entidades de direito público interno e as que, ainda que de direito privado, transacionam com o Poder Público.

De acordo com o art. 65, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, o pagamento da despesa governamental deve ser efetuado por pagadoria ou tesouraria regularmente instituída, por estabelecimento bancário credenciado, e, em casos excepcionais, por adiantamentos.

Verifica-se que o mencionado art. 65 impõe requisitos aos setores por onde os pagamentos de valores vultosos se processarão, quais sejam:

1. A Tesouraria deve ser regularmente instituída no âmbito da estrutura administrativa da organização do ente federativo, no caso, do Município, mediante Lei que, geralmente é denominada de Lei de Estrutura. Neste caso, a Lei disporá sobre as funções da Tesouraria, bem como da sua Chefia.
2. O credenciamento da rede bancária deve ser feito por intermédio de convênio.

.....
Tel.: +55 21 2142 9797 Rua Buenos Aires nº 19 – Centro
email: ibam@ibam.org.br CEP: 20070-021
www.ibam.org.br Rio de Janeiro – RJ – Brasil

A exceção permitida, ou seja, o processo de pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento, também denominado de *suprimento de fundo* tem o sentido de evitar o acúmulo de operações de *pequeno valor* pelo caixa geral do ente federativo ou de uma entidade jurídica de direito público interno tal como a autarquia e/ou fundação, as quais, geralmente, não se subordinam ao processo normal de aplicação, tais como despesas com táxis, cafezinho, correios e outras do gênero.

Em realidade, esse processo funciona como uma espécie de *caixa pequeno*, que, em razão da sua excepcionalidade, é instituído por lei municipal que, dentre outros assuntos, disporá sobre:

- a) O limite ou valor do adiantamento.
- b) A qualidade das despesas ou obrigações serem pagas por esse processo.
- c) A prestação de contas e o respectivo período de apresentação.
- d) A tomada de contas.
- e) A qualidade do servidor responsável pelo adiantamento.
- f) A contabilização da responsabilidade pela gestão do valor.

A lei deverá ser regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, se o regime a ser adotado é no âmbito do Poder Executivo e por Resolução, se o regime a ser adotado é no âmbito do Poder Legislativo. Ambos atos específicos, dentre outras regras, disporão sobre a renovação do limite do valor que comporá o lastro financeiro, bem como sobre o período da renovação, que poderá ser semanal, quinzenal etc.

No que respeita ao servidor responsável, é recomendável que se indique aquele ocupante de cargo efetivo, em nome de quem o valor será empenhado na dotação alocada para esse tipo de despesa, que, geralmente, se denomina ***Despesas Miúdas de Pronto Pagamento***. Esse servidor, que pode ser de cada Secretaria, é sempre indicado pelo Gestor da Secretaria de onde se origina, e, posteriormente, é designado por ato do Chefe do Poder em cujo âmbito o regime de adiantamento é adotado.

Por se tratar do Poder Legislativo, esse servidor pode estar vinculado à Diretoria Geral dessa Câmara Municipal. O Presidente desse Poder identifica e autoriza as despesas a serem pagas pelo servidor responsável, que as realizará por meio do adiantamento feito.

As ***Despesas Miúdas de Pronto de Pagamento*** deverão ser previstas no orçamento do Município, no âmbito de cada órgão da estrutura administrativa de cada Poder. Se, entretanto, não houver autorização dessa despesa no orçamento geral, como indicado, a mesma poderá ser realizada por meio de crédito especial, autorizado por lei específica e aberto por Decreto do Poder Executivo, observadas, entretanto, as disposições do art. 43, §§ e incisos da Lei 4320, de 17 de março de 1964.

A contabilização das operações de formação do adiantamento e dos pagamentos se processa por meio de contas que reflitam de um lado a responsabilidade do agente servidor, e, do outro, os pagamentos por ele efetuados, como se exemplifica a seguir:

1 – Pela concessão do adiantamento

AC – D – *Responsáveis por Adiantamentos – Conselho Tutelar*

- *Fulano de Tal*

AC – C – *@ Caixa Geral*

2 – Pelos pagamentos efetuados

VPD – D – *Despesas Miúdas de Pronto Pagamento*

- *Táxis, Cafezinho, etc.*

AC – C – *@ Responsáveis por Adiantamentos – Conselho Tutelar*

- *Fulano de Tal*

No encerramento do exercício, o saldo da conta *Despesas Miúdas de Pronto Pagamento* é transferido para o débito da conta de *Resultado Patrimonial*, enquanto o saldo da conta *Responsáveis por Adiantamentos-Conselho Tutelar* fica classificado no Ativo Circulante até que a prestação de contas seja apresentada pelo responsável e aprovada pelo setor incumbido de recebê-la, analisá-la e aprová-la ou rejeitá-la. No caso da aprovação, a responsabilidade do agente é baixada. Ocorrendo, entretanto, o contrário, a responsabilidade do servidor continua refletida naquele subagrupamento até a sua aprovação, e, portanto, sua efetiva regularização.

Assim, no nosso entendimento, o regime de adiantamento, ainda que seja para o Poder Legislativo, deve ser autorizado por Lei Municipal. Esta deverá dispor que cada Poder no seu âmbito deve regular a aplicação da regra geral, ou sejam, por Decreto no âmbito do Executivo e por Resolução no âmbito do Poder Legislativo.

Quanto ao conteúdo da Resolução, nada a acrescentar ou rejeitar. Apenas a forma pela qual é instituído o regime de pagamento, posto que a Lei 4320, de 17 de março de 1964, no nosso entendimento, continua em vigor.

É o parecer.

Heraldo da Costa Reis
Coordenador do CEIF – ENSUR/IBAM
(Finanças, Orçamento, Contabilidade)

